

A VIDA DA GENTE

Telefones úteis

- ✓ Prefeitura de Porto Alegre: **156**
- ✓ EPTC: **118**
- ✓ Samu: **192**
- ✓ INSS: **135**
- ✓ Rodoviária de Porto Alegre: **3210-0101**

Te liga!

Vai até amanhã a Feira de Artesanato de **Natal** da Câmara Municipal de Porto Alegre. Das 9h às 17h.

PORTO ALEGRE

IPTU ANTECIPADO DÁ DESCONTO DE 10%

Benefício é o menor dos últimos anos. Também há a possibilidade de parcelamento em 10 vezes, sem desconto.

PAULO ROCHA

paulo.rocha@rdgaucha.com.br

A prefeitura de Porto Alegre confirmou na manhã de ontem que irá oferecer desconto de 10% para os contribuintes que pagarem o IPTU de 2018 até o dia 3 de janeiro do próximo ano. No ano passado, o percentual de desconto foi de 12%. Recém eleito, o prefeito Nelson Marchezan chegou a anunciar um desconto de 15%, mas recuou após decisão do Tribunal de Contas do Estado (TCE). Em anos anteriores, a redução no valor devido havia chegado a 20%.

O imposto também poderá ser parcelado em 10 vezes, sem desconto, com vencimento da primeira parcela em 8 de março. De acordo

com o secretário municipal da Fazenda, Leonardo Busatto, foi aplicada apenas a correção da inflação (IPCA) de 2,8%.

Segunda guia

A prefeitura não descarta, no entanto, um aumento do valor da cobrança ao longo de 2018. Isso dependerá da aprovação do projeto do Executivo que altera a tabela do IPTU e que tramita na Câmara de Vereadores. A proposição prevê, entre outras coisas, a atualização do valor dos imóveis em até 25% já para o ano que vem. A votação da matéria está temporariamente suspensa por liminar da Justiça.

Primeira data de vencimento é 3 de janeiro de 2018



OMAR FREITAS

Segundo Busatto, a Procuradoria-Geral do Município estuda formas de derrubar a liminar. Caso o projeto seja aprovado ainda este ano, a prefeitura deverá emitir uma segunda guia de IPTU.

— Aqueles que, eventualmente, tiverem que pagar um valor adicional (de IPTU), isso será cobrado ao longo de 2018. Há toda uma discussão

operacional, mas será enviada uma nova guia com o complemento — garante o secretário.

A previsão da Secretaria da Fazenda é de que 50% das guias sejam pagas até o dia 3 de janeiro. A estimativa é de arrecadação de R\$ 377 milhões até essa data. As guias de pagamento começarão a ser enviadas pelos Correios a partir de

amanhã. Também será possível acessá-las no site da prefeitura (www.portoalegre.rs.gov.br).

A guia sem desconto será disponibilizada a partir do dia 4 de janeiro, também no site da prefeitura. Já os boletos do parcelamento em 10 vezes serão enviados pelos Correios a partir de 19 de fevereiro.

Como é a proposta da prefeitura

O atual projeto de revisão do IPTU em Porto Alegre, barrado por duas decisões liminares da Justiça, propõe a atualização parcial da planta de valores dos imóveis para 2018 e, a partir de 2019, a aplicação de novas alíquotas.

Como um primeiro projeto foi rejeitado pela Câmara em setembro, a prefeitura encaminhou na semana passada uma nova proposta com pequenas alterações. Uma dessas alterações foi deixar para 2019 a substituição das alíquotas, pela qual o

atual índice unificado de 0,85% daria lugar a diferentes faixas: 0,4%, 0,5%, 0,6%, 0,7% e 0,8%.

No ano que vem, passaria a valer somente a atualização dos valores dos imóveis, limitados a, no máximo, 25% de aumento. Ou seja, se um imóvel estivesse avaliado anteriormente em R\$ 100 mil, mas seu valor atualizado chegasse a R\$ 150 mil, ainda assim seria considerada como parâmetro a cifra de R\$ 125 mil para o cálculo do tributo.

Salários do funcionalismo municipal

A prefeitura de Porto Alegre vai encaminhar à Câmara projeto que prevê o pagamento do 13º salário dos servidores via empréstimo bancário. Caso seja aprovado, os servidores poderão antecipar o valor líquido da gratificação. Se não, irão receber o valor parcelado em 10 vezes, a partir de fevereiro.

13º DO SERVIDOR: DICA É PARCELAR

Caberá aos servidores estaduais decidir entre receber o 13º salário diluído em 12 prestações ou recorrer a empréstimo bancário caso a Assembleia aprove, na terça-feira, o projeto encaminhado pelo governo do Estado autorizando o Executivo a parcelar o pagamento do benefício. A proposta do Piratini é começar a saldar a dívida a partir de janeiro, com indenização mensal de 1,42% sobre o saldo remanescente. Mas existe uma alternativa para quem precisa do dinheiro: financiar esse valor com os bancos. O presidente do Banrisul, Luiz Gonzaga Veras Mota, por exemplo, garantiu que está sendo definida uma taxa de juro não superior a 1,39% ao mês. Com isso, a expectativa é de adesão de 70% dos servidores.

— Esse juro é muito alto. A inflação vai chegar a cerca de 3% no fim do ano. Um CDB bom rende no máximo 10% ao ano — considera.

Eugênio Lagemann, economista e professor da UFRGS, acrescenta que “só não é vantajoso para quem está endividado”.

Na prática, utilizando o exemplo de um servidor que terá R\$ 6 mil de 13º salário para receber em 12 parcelas de R\$ 500, o rendimento será de R\$ 553,80 ao fim do ano. Se esses mesmos R\$ 6 mil fossem aplicados na poupança, onde o rendimento é de 0,42% ao mês, o lucro seria de R\$ 309,48.

— Esse servidor vai ter um aumento da renda a cada mês. Parcelado, poderá se planejar. Com todo o dinheiro disponível, o risco de fazer compras desnecessárias é alto. Por tudo isso, considero mais vantajoso do ponto de vista financeiro o recebimento parcelado — aconselha Alfredo.

Boa rentabilidade

Mas qual a melhor opção para o bolso? Receber a prazo ou conseguir um crédito? Especialistas em finanças ouvidos pela reportagem são favoráveis, se a saúde financeira do trabalhador permitir, ao recebimento do 13º salário diluído ao longo do próximo ano.

— É uma rentabilidade muito boa, que não se encontra no mercado. A poupança paga 0,42% — avalia o economista da FEE e professor da PUCRS Alfredo Meneghetti Neto.

O educador financeiro Jaques Diskin também aconselha optar pelo pagamento parcelado.

Compromisso

Jaques avalia, também, a eventualidade de o Estado não conseguir honrar com a indenização, deixando a dívida do financiamento para o servidor. O governo responde lembrando que “ao longo do ano passado, o Estado enfrentou dificuldades financeiras, e mesmo assim honrou o compromisso assumido com os servidores do Executivo, pagando o 13º juntamente com as parcelas indenizatórias”.

JUSTIÇA SUSPENDE PROJETO DE REVISÃO DO IMPOSTO

Como se não bastasse a dificuldade em convencer vereadores a aprovar a revisão do IPTU e uma liminar de terça-feira dizendo ser inconstitucional a legislação que permitiu o envio de novo projeto à Câmara em 2017, o governo Nelson Marchezan sofreu mais um revés ontem. Em outra decisão liminar, a Justiça suspendeu a tramitação da proposta. A decisão é da 7ª Vara da Fazenda Pública e refere-se a uma ação

do vereador Felipe Camozzato (Novo).

Mandado

Na segunda-feira, o parlamentar impetrou mandado de segurança alegando que o Executivo não poderia ter apresentado na mesma sessão legislativa (período de trabalho da Câmara ao longo do ano) uma matéria já rejeitada — em setembro, as mudanças foram barradas por 25 votos a 10. O argumento é de que isso viola as

constituições Estadual e Federal. Acontece que a Lei Orgânica do Município e o Regimento Interno da Câmara Municipal abrem exceção para textos do Executivo.

Os dois dispositivos tiveram a eficácia suspensa em liminar na terça, a partir de ação do PDT. Mesmo que a tramitação não tivesse sido suspensa, o cenário era desfavorável: na terça, a liderança do governo contabilizava 17 votos, dois a menos do que o necessário para aprovar o texto.

ANALISE AS ALTERNATIVAS

Vale pegar o empréstimo para:

- /// Quitar dívidas que estão incorrendo em juros.
- /// Pagar o saldo do cartão de crédito.
- /// Renegociar o cheque especial.
- /// Caso emergenciais, como saúde.
- /// Pagar os estudos.

Não vale a pena o empréstimo para:

- /// Consumo puro e simples, corriqueiro, cotidiano. Não vale a pena ter crédito quando você está acostumado a gastar mais do que ganha.
- /// Gastos que não sejam de primeira necessidade.